

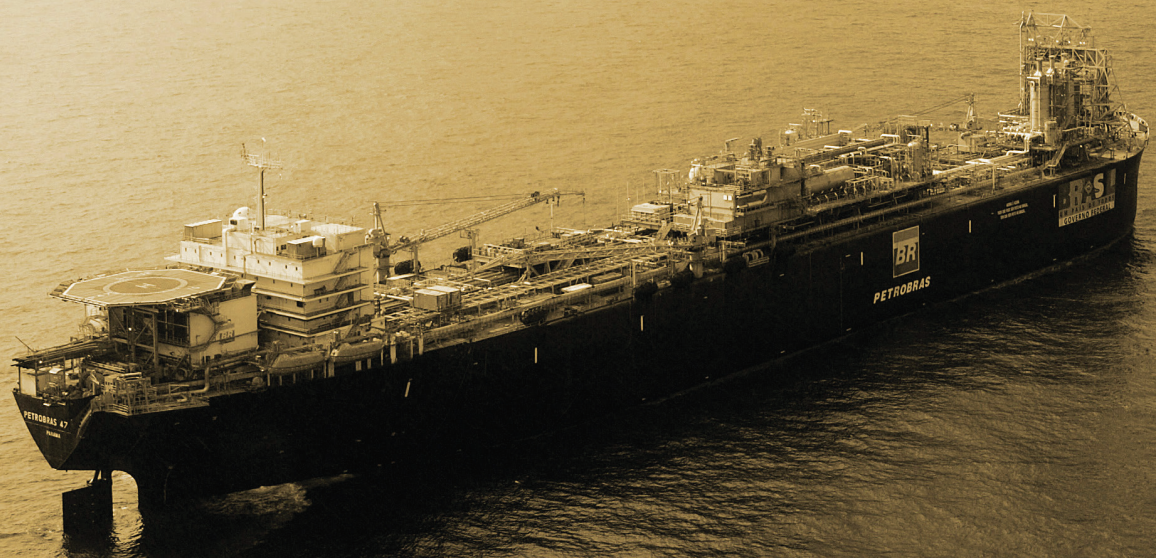


REPORTAGEM DE CAPA

A LIQUIDAÇÃO DO FUTURO

A DILAPIDAÇÃO DE PATRIMÔNIOS COMO O PRÉ-SAL E A PETROBRAS E O ESTÍMULO AO RENTISMO SÃO O NÚCLEO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO INTERINO, PLANO DE NEGÓCIOS PERFEITO PARA AFUNDAR O PAÍS

por CARLOS DRUMMOND





Em três meses, algumas decisões do governo interno encaminham o País para uma situação de absoluto desastre, que o devolveria à condição de colônia. É como se o Brasil se suicidasse pela determinação de quem manda, diante da desinformação ou indiferença da opinião pública. As medidas aceleram a liquidação da sua estrutura produtiva relevante, a consequente perda de autonomia no contexto mundial e o fortalecimento de um modelo centrado no rentismo, o nacional e o internacional. No balcão de negócios da nova política econômica, a Petrobras, presidida pelo tucano Pedro Parente, vendeu no dia 28 o primeiro campo do pré-sal, o de Carcará, na baía de Santos, e ofereceu no mercado a BR Distribuidora, a maior do País, com peso decisivo na receita do grupo. Outros reservatórios daquela camada marítima deverão ser vendidos, ao lado de alguns bens que podem ser alienados sem danos à empresa e ao País. Aprovado no Senado e prestes a ser votado na Câmara, o projeto do senador José Serra, o atual ministro das Relações Exteriores, de eliminar a obrigatoriedade de a companhia participar do pré-sal há de ser visto como o deflagrador do desmonte do que sobrou da privatização devastadora do período FHC, nos anos 1990.

Outros congressistas participam da grande liquidação com projetos para facilitar a venda de terras a estrangeiros e à ação das mineradoras globais, entre outros. A queima de ativos inclui ofertas feitas pelos estados, asfixiados com a queda contínua da arrecadação provocada pela recessão e a austeridade do governo, iniciada na gestão de Joaquim Levy na Fazenda, no segundo mandato de Dilma Rousseff. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, quer privatizar 60% do Metrô paulistano, mas ainda não informou como serão contabilizados os prejuízos de 800 milhões

GERALDO FALCÃO

de reais, segundo a Promotoria, causados pelo sobrepreço pago a um cartel de empresas para reformar 98 trens, nem as perdas com as 46 composições novas estacionadas por tempo indefinido por causa do atraso na construção de três linhas.

Destituída de partes crescentes da sua base material, a economia gravita cada

vez mais em torno do rentismo, o jogo lucrativo e sem risco para instituições financeiras, empresas e famílias aplicadoras de recursos em títulos da dívida pública e ativos correlatos. A rentabilidade acima do retorno dos investimentos produtivos e da inflação, a segurança e a liquidez são garantidas pelo governo. O amplo interesse nesse parasitismo do Estado, com rendimentos da aplicação em títulos da dívida pública, contribuiu para reverter, em 2012, a redução recorde da taxa de juros para 7,25%. Ninguém quer ganhos na faixa de um dígito quando está habituado a abocanhar juros no patamar dos 14,25% atuais.

Os rentistas internacionais encontram no Brasil o último paraíso de juros extremamente elevados, quase sempre os mais altos do mundo, bancados há décadas por um Estado Nacional. Eles ganham com a

diferença entre as taxas de juro internas e as externas, as oscilações das moedas e manobras no mercado cambial local, um dos mais voláteis do mundo. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica investiga há um ano a manipulação da taxa de câmbio do real por um cartel de 15 bancos estrangeiros, de 2007 até 2011, com

perdas de 200 bilhões de reais para 800 grandes indústrias responsáveis por 90% das exportações.

O governo interino apresenta o seu programa de privatização como indispensável ao equilíbrio fiscal. “A verdade é outra. Foi uma oportunidade que apareceu para venderem ativos públicos que agradam ao mercado. Dizer que é por problema fiscal é uma fraude, um ilusionismo, pode chamar até de pedalada fiscal”, rebate a economista Laura Carvalho, professora da USP. Quando vende uma empresa, o Estado deixa de

arrecadar no futuro os respectivos dividendos e lucros e, se o comprador for estrangeiro, ainda é obrigado a remetê-los eternamente para o exterior. O próprio FMI classifica o expediente como manobra fiscal, diz a professora. Foi muito utilizado por vários países desde a crise



**PEDRO PARENTE
ACELERA
A VENDA DE
ATIVOS A PREÇOS
AVILTADOS,
FRACIONA A
PETROBRAS
E FACILITA A
PRIVATIZAÇÃO
DA EMPRESA**

ESTRUTURA AMEAÇADA

A Petrobras é a maior empresa de óleo e gás verticalmente integrada da América Latina, com operações de exploração, produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Royal Dutch Shell, Exxon Mobil, Petrochina e BP, as quatro maiores logo abaixo da saudita Armco, têm estruturas semelhantes. A presença em todas aquelas etapas possibilita maior agregação de valor e autonomia para enfrentar a acirrada disputa global por recursos energéticos. A continuidade da estatal brasileira como empresa integrada e diversificada é essencial também ao desenvolvimento nacional. A venda da BR Distribuidora, se concretizada, fraturará um elo essencial do circuito, com consequências irreparáveis.

Os planos incluem a venda de gasodutos como o Gasene, o maior construído no Brasil nos últimos dez anos, que vai do Rio de Janeiro à Bahia e é essencial para integrar as regiões Sudeste e Nordeste





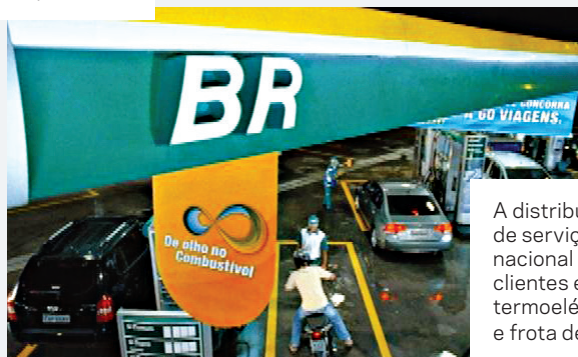
O modelo de gestão da Petrobras no governo tucano, agora reeditado, reduzia a exploração petrolífera, desmembrava a área de refino, inibia investimentos e deixava o lucro para o setor privado



A condição de operadora única é indispensável para a permanência da Petrobras na faixa de limite do conhecimento tecnológico e científico atingido pelo País em petróleo e gás com o pré-sal



A exploração do pré-sal brasileiro projetou a atuação da empresa na mais importante área do mundo, com uma grande quantidade de reservas de óleo e gás e dá um protagonismo ao País na cena geopolítica global



A distribuidora tem 7,5 mil postos de serviços em todo o território nacional e mais de 10 mil grandes clientes entre indústrias, termoeletricas, companhias de aviação e frota de veículos leves e pesados

de 2008, sob regras fiscais rígidas, “para criar a sensação de que a situação melhorou, à custa de uma piora futura”.

A queima de ativos públicos “foi a solução para o governo ilegítimo e com situação política difícil no Congresso reforçar sua posição no mercado sendo extremamente pró-*business*”, analisa o economista Ricardo Carneiro, professor da Unicamp e ex-representante do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Carneiro pediu demissão do cargo de diretor-executivo da instituição em maio, pouco depois da aprovação, pelo Senado, do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

A venda do reservatório de Carcará à empresa pública Statoil, espécie de Petrobras da Noruega, por 2,5 bilhões de dólares, é um escândalo. Ao contrário do alegado pela administração de Pedro Parente, não há urgência na venda (*leia a entrevista*

ex-presidente José Sergio Gabrielli à página 27). “Vergonhosa e criminosamente, estão vendendo 1 bilhão de barris por um preço de dois dólares o barril. Isto precisa ser contestado na Justiça”, clamou Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras e professor da USP, em depoimento na quarta-feira 10, na Comissão

de Energia da Câmara, convocada pelo deputado Carlos Zarattini para discutir o projeto de Serra. “O que se quer fazer agora é abrir a porta de entrada para a entrega total. Aparentemente, não há uma compreensão da dimensão do problema a que está se submetendo o po-

vo brasileiro, titular dos recursos do petróleo. Este projeto que aí está ignora isso completamente e envergonha a nação”, acrescentou Sauer.

“A Petrobras não pode ter o direito, na minha opinião, de negar-se a ser operadora única do pré-sal. A empresa tem compromisso com o desenvolvimento nacional em uma área extremamente sensível, o desenvolvimento tecnológico, e trabalha na faixa de limite do conhecimento científico. O pré-sal representa isso”, alertou Guilherme Estrella, ex-diretor de Exploração

e Produção que integrou as equipes que fizeram as grandes descobertas no Iraque e no pré-sal, em 2007, no governo Lula. “O pré-sal veio completar a base energética que o Brasil precisa para se desenvolver autonomamente. Nisso, a operação única da Petrobras é um fator preponderante”, disse o geólogo. Em um

trecho do seu depoimento, esclareceu a razão dos ataques de potências estrangeiras, grupos multinacionais e seus auxiliares locais: “O pré-sal brasileiro talvez seja a mais importante área no mundo que contém uma grande quantidade de reservas e dá um protagonismo na cena geopolítica global ao País, que o contrapõe aos grandes países hegemônicos, principalmente no Ocidente”.

A comemoração da compra pelo presidente da petroleira nórdica, Eldar Sætre, evidencia um negócio excepcional. “Com esta aquisição, estamos acessando um ativo de classe mundial e reforçamos a nossa posição no Brasil, uma das áreas estratégicas da Statoil... O Campo de Carcará vai melhorar significativamente os volumes de produção internacional nos anos 2020 e posteriores. Estamos desenvolvendo um negócio sólido no Brasil, com um amplo portfólio, produção material, oportunidades de exploração de alto impacto e excelente potencial de criação de valor de longo prazo e fluxo de caixa”, disse o executivo.

Os objetivos da estatal nórdica, muito além do curto prazo, contrastam com o sepultamento da estratégia anterior da Petrobras, de se tornar uma das cinco maiores empresas de petróleo integradas do mundo até 2030, e a instauração de um esquema imediatista de negócios centrado na venda de ativos em um ambiente mundial de preços rebaixados.

“O ponto fundamental é como fica o futuro do País. Quando se fala em privatização, abertura comercial, desregulamentação, a grande pergunta que falta é: “Tudo isso para quê? Onde está o projeto? Qual é a estratégia por trás disso?”, questiona o economista Antônio Correa de Lacerda, professor da PUC de São Paulo. O País saiu de uma grande lavoura de café para ser uma das maiores economias industriais na segunda



SERRA QUER ACABAR COM O PROTAGONISMO DA PETROBRAS NO PRÉ-SAL E BARRAR A VENEZUELA NO MERCOSUL. AS MÚLTIS E OS EUA AGRADECEM

metade do século XX, com uma estratégia. É possível questioná-la, mas havia uma linha muito clara. A partir da crise dos anos 1980, o Brasil embarcou na onda neoliberal vinda do exterior. Lacerda chama atenção: “O período representado por Lula e Dilma significou uma tentativa de retomada de um projeto de nação, e agora, com o governo Temer, nós temos um retrocesso no sentido de um açamento de medidas de cunho neoliberal sem um projeto por trás”.

A consequência, alerta o economista, é a perda de autonomia e de capacidade de articulação, sem outro objetivo além de agradar aos mercados, em um processo influenciado por uma interpretação da valorização do real e da elevação da bolsa como sinais de confiança, “mas você olha os indicadores reais da economia e constata que todos estão despencando. É um grande contrassenso”.

Vítima da queda mundial dos preços do petróleo, do saque perpetrado por uns poucos, da dilapidação da sua cadeia produtiva pela Lava Jato, da recessão e da crise política, a Petrobras talvez seja hoje a presa mais vulnerável na disputa geopolítica e militar entre Oriente e Ocidente, ignorada no Brasil. O acesso às fontes de energia está no centro do conflito entre blocos de superpotências e megaempresas petrolíferas.

Os Estados Unidos e as petroleiras americanas não gostaram do leilão do Campo de Libra, no pré-sal, sob o regime de partilha, em 2013, no governo de Dilma. Cinco telegramas do consulado americano no Rio de Janeiro enviados a Washington, o primeiro deles em 2 de dezembro de 2009, descobertos pelo site WikiLeaks, detalham como “a missão americana no Brasil acompanhou a elaboração das regras para a exploração do pré-sal e faz lobby pelos interesses das petroleiras”.

As mensagens evidenciam a insatisfação das petroleiras estadunidenses



Para Estrella, a Petrobras não pode ter o direito de recusar a condição de operadora única



Criminosamente, diz Sauer, venderam 1 bilhão de barris por 2 dólares o barril e isso precisa ser contestado na Justiça

com a lei de exploração aprovada pelo Congresso e sua irritação, “em especial, com o fato de a Petrobras ser a única operadora”, e como aquelas companhias “atuaram fortemente no Senado para mudar a lei” da partilha do pré-sal. Segundo Patricia Padral, diretora da Chevron no Brasil, José Serra teria prometido mudar as regras se fosse eleito presidente.

Ocupante do ministério das Relações Exteriores no governo interino, o tucano está em uma posição-chave para mexer peças nesse tabuleiro. Neste momento, tenta impedir que Nicolás Maduro ocupe a presidência

do Mercosul, no sistema de rodízio adotado pelo organismo. O veto ajudaria a realizar o sonho dos Estados Unidos de mudar o comando da Venezuela, dona da maior reserva petrolífera do mundo, uma das mais cobiçadas alternativas ao distante e conflagrado Oriente Médio e ao esgotamento, nos próximos anos, da exploração do xisto, ou shale.

O projeto de Serra para enterrar o protagonismo da Petrobras no pré-sal e o papel de Pedro Parente como corretor das reservas de petróleo são a melhor oportunidade para os tucanos realizarem um objetivo perseguido há duas décadas. O plano foi revelado em 1996 em um artigo da revista especializada *Offshore* sobre a quebra do monopólio estatal do petróleo no ano anterior, no primeiro mandato de FHC. O governo manteve 51% das ações com direito a voto, um “choque para os homens de negócios do setor petrolífero”, para os quais o fim do monopólio significaria também a privatização da empresa pública: “Aqueles que acompanham a política petrolífera brasileira mais de perto estão cientes de que, apesar de neste estágio a privatização da Petrobras não ser contemplada, existe uma forte facção no governo, no Congresso e nos círculos de negócios que gostaria de introduzir uma legislação com esse efeito em uma data posterior”. Naquele ano, a petroleira brasileira era a 17ª em produção, destacou o artigo. Em 2014, ocupou a 14ª posição, segundo o ranking da revista *Forbes*.

A aceleração, por Pedro Parente, da venda de ativos iniciada pelo antecessor Aldemir Bendine encaixa-se no figurino clássico das privatizações de grandes grupos, de primeiro desmembrar a empresa e depois se desfazer dos fragmentos. “As grandes petroleiras, os bancos e os escritórios de advocacia estão salivando”, revelou em junho Nick Butler, do *Financial Times*, com “aquilo que pode ser uma rodada muito substancial de

REPORTAGEM DE CAPA

privatizações, a começar pelo setor de petróleo. Uma mudança de governo na Venezuela ou no Brasil pode ser o gatilho”, prevê Butler, que destaca o aumento das probabilidades de o processo acontecer com Temer. “Pedro Parente veio para esquartejar a companhia e deixar a carga aí para quem quiser”, acusa Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, a Aepet.

A indicação de Nelson Silva, ex-presidente da petroleira britânica BG no Brasil, para a recém-criada diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da Petrobras é vista como uma evidência da promiscuidade entre os interesses público e privado e os objetivos das organizações nacionais e estrangeiras. A BG foi comprada no ano passado pela Shell e a aquisição a tornou a maior

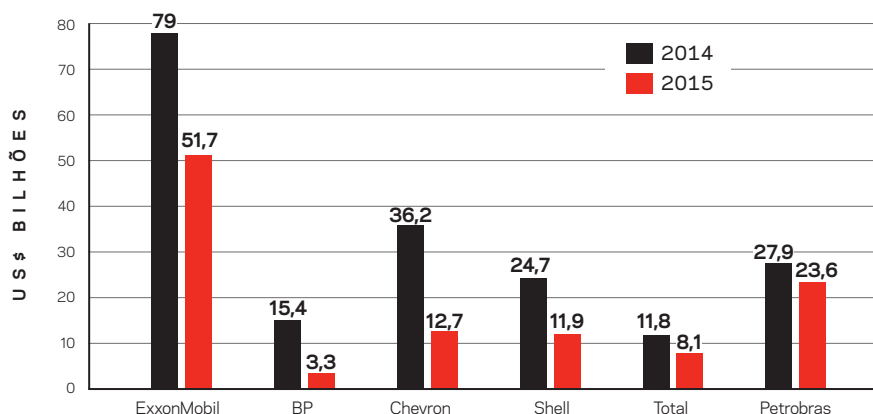
empresa estrangeira exploradora do pré-sal. “É mais uma raposa no galinheiro”, critica Siqueira. “A situação é grave. O País está correndo um risco enorme.”

A economia brasileira sob a condução da equipe de Temer se resume, em grande medida, a uma coleção de negócios, boa parte deles lesiva ao País, conclui-se dos fatos e das análises acima. O governo limitou-se a assistir à venda da CPFL à State Grid, da China, no mês passado e prepara a alienação de outras seis companhias do setor. Prevê-se o predomínio do país asiático na área de energia elétrica dentro de alguns anos. “Estão comprometendo a base para uma retomada futura da economia. Vendem empresas a estrangeiros que não precisam investir aqui porque encontram ativos prontos para gerar dinheiro destinado ao pagamento dos juros da dívida e, em geral, só exploram o nosso mercado interno, não exportam”, diagnostica o economista Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, da Unicamp. “O problema é que o Brasil chegou à decadência antes de alcançar os países que saíram do subdesenvolvimento. Havia um longo caminho a ser percorrido na indústria, na infraestrutura, mas venceu um rentismo precoce que governa tudo”, julga o professor.

Segundo Luiz Gonzaga Belluzzo, no período da economia primário-exportadora havia uma espécie de rentismo, o da renda da terra, semisepultado pela industrialização. O Brasil foi o país subdesenvolvido mais bem-sucedido dos anos 1950 até a década de 1970 porque tinha uma estrutura institucional de relação entre empresas públicas e empresas privadas. “Funcionou até os anos 1980, quando aconteceu o desastre da crise da dívida e os mortos-vivos do rentismo renasceram. Vieram com a arma dos especialistas formados no exterior, que

O DESEMPENHO DA EMPRESA "QUEBRADA"

EM LUCRO OPERACIONAL, A PETROBRAS RIVALIZA COM AS MAIORES



Fontes: Empresas do setor

EM NOME DOS NEGÓCIOS

POR MOTIVOS FINANCEIROS, ALIENAM-SE INCLUSIVE ATIVOS ESTRATÉGICOS

ATIVOS VENDIDOS PELA PETROBRAS	PORCENTUAL	COMPRADOR	VALOR (EM BILHÕES DE DÓLARES)
Bloco BM-S-8 do pré-sal na Bacia de Santos - Carcará	100%	Statoil, Noruega	2.50
Gaspetro	49%	Mitsui, Japão	1.90
Petrobras Argentina	100%	Pampa Energia, Argentina	0.90
Petrobras Chile Distribución	100%	Southern Cross Group, Argentina	0.49
RECEITA OBTIDA			5.79
PREVISÃO PARA ESTE ANO			14.00
TOTAL ESPERADO ATÉ 2020			60.00

Fontes: Relatórios de bancos



UM MIMO DE 37 BILHÕES DE DÓLARES

NAS CONTAS DE GABRIELLI, ESSE É O HORIZONTE DE LUCROS DA EMPRESA NORUEGUESA COM CARCARÁ

— A CARLOS DRUMMOND —

A situação financeira e de produção da Petrobras não justifica a venda de áreas do pré-sal. A urgência alegada faz sentido na lógica de curto prazo dos negócios, mas não atende aos interesses do País, explica o ex-presidente José Sergio Gabrielli. Nas suas contas, a Statoil embolsará um lucro de até 37 bilhões de dólares com Carcará.

CartaCapital: Quando Carcará começa a produzir?

José Sergio Gabrielli: Será preciso investir de 4 bilhões a 5 bilhões de dólares sem receber nada para produzir a partir de 2020.

CC: Qual é o potencial do reservatório?

JSG: A Statoil anunciou de 700 milhões a 1,3 bilhão de barris. Segundo estimativas informais, os reservatórios podem chegar a 6 bilhões de barris. Levando em conta os números da Statoil, o pagamento de 2,5 bilhões de dólares significa 1,97 a 3,57 dólares por barril. Se o preço do petróleo ficar na faixa dos 70 dólares por barril depois de 2020, haverá um ganho muito grande. Estimando-se um custo de extração na faixa de 9 a 10 dólares por barril, um pouco acima do custo no pré-sal, de 8,6 dólares por barril, devido a alguns desafios tecnológicos, e colocando 100% de participação, o custo total de produção do barril vai para 19 a 20 dólares.

CC: Quanto a Statoil lucra?

JSG: O custo de produção por barril, acrescido do preço pago



pela Statoil, totaliza entre 23 e 28 dólares. Considerando-se a cotação de 70 dólares por barril, os ganhos nominais podem variar de 16 bilhões de dólares a 37 bilhões de dólares, além dos custos. É o que a Statoil vai ganhar.

CC: Um mau negócio para a Petrobras.

JSG: A Petrobras utiliza a lógica financeira e quer resolver o problema até 2019, mesmo que isso sacrifique ganhos a serem auferidos depois desse ano.

CC: Quais são as dimensões reais do problema financeiro da empresa?

JSG: Tudo indica que o pagamento das amortizações de 2016 e 2017 está equacionado. Mantendo os preços dos derivados nos níveis atuais, ela tem

condições de gerar recursos para pagar as dívidas de 2018 e 2019. O problema é como assegurar os investimentos necessários ao aumento da produção a partir de 2020. Isso provavelmente exigirá uma engenharia financeira e novos financiamentos. Ela tem de ajustar o perfil de amortizações para viabilizar o pagamento depois de 2021 ou 2023, quando a produção começará a crescer.

CC: A venda de Carcará é inadiável?

JSG: A concessão de Carcará tem 27 anos a partir da declaração de comercialidade. Quanto antes começar a produzir, melhor. Mas há outro problema, a necessidade de individualização da produção, pois Carcará incorpora áreas da União ainda não concedidas.

O reservatório possui vasos comunicantes e não faz sentido gerenciar uma parte do reservatório sem acessar o restante.

CC: O aumento da produção é urgente?

JSG: O Brasil não precisa acelerar a produção de petróleo. Temos hoje entre 14 e 15 anos de reserva para produção e com isso dá para segurar o desenvolvimento do pré-sal por três ou quatro anos sem nenhum problema.

CC: Portanto, acelerar investimentos em Carcará não é argumento para vendê-lo.

JSG: Não é argumento para o País, mas para a Petrobras, pode ser. A empresa definiu como meta estratégica, a meu ver erradamente, resolver o problema financeiro de curto prazo.

CC: Como analisa a questão do ponto de vista geopolítico?

JSG: O controle do acesso a novos reservatórios é fundamental. Há uma ilusão de que o uso do petróleo vai acabar. Todas as estimativas para 2040 apontam uma diminuição do uso desse combustível como fonte primária de energia, mas cairá só de 36% do total para 32% e a quantidade de barris necessários para atender a esse percentual será muito maior do que é hoje. Portanto, será necessário produzir mais petróleo, e não menos.

▶ jogaram o jogo do rentismo brasileiro, que só serve para predar o País. O resultado foi a destruição dos sistemas de articulação e de propulsão do desenvolvimento. Havia uma relação de interdependência entre o setor privado e as empresas públicas que os chineses copiaram da gente e mantêm até hoje.”

Na biografia política do presidente provisório, constará a continuidade da infausta privatização de FHC, no total de 68,6 bilhões de dólares entre empresas federais e estaduais, mais 16,5 bilhões em dívidas transferidas ao setor privado, entre 1991 e 1998. O governo interino quer faturar 120 bilhões de reais, cerca de 40 bilhões de dólares, com a desmobilização de ativos públicos.

Um balanço daquela liquidação mostra estragos de grandes proporções. Os tucanos consideraram um sucesso a privatização das telecomunicações. Marcadas por transações alarmantes protagonizadas pelo ex-ministro das Telecomunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, incluíram o próprio presidente da República, segundo revelaram grampos de conversas telefônicas travadas principalmente no

BNDES. Prevvia-se o eventual uso da bomba atômica, isto é, a intervenção de Fernando Henrique Cardoso para atingir os objetivos inconfessáveis da operação. Tudo isso para entregar ao País um sistema de telecomunicações entre os mais caros e ineficientes do mundo,

mostram comparações mundiais e recordes de reclamações de usuários.

A única versão correta desses grampos foi dada por *CartaCapital* e precipitou a demissão de Mendonça de Barros.

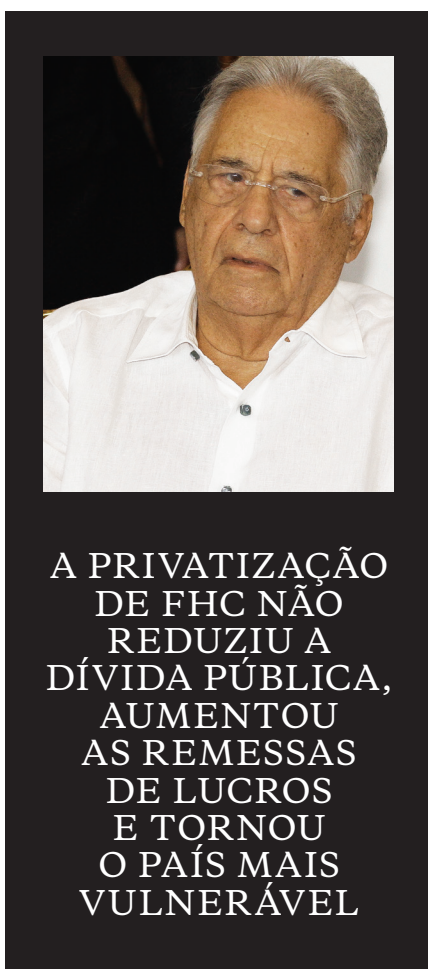
Produziram também o desastre da privatização do setor elétrico, marcada pelo apagão inédito de 2001. Transformaram o BNDES, de agência indispensável ao desenvolvimento do País, em um banco de investimentos igual a qualquer instituição privada. Venderam a Vale do Rio Doce por um valor escandalosamente baixo. Ma-

nobraram para entregar o Banespa, o maior banco estadual, por uma quantia risível, sob acusações infundadas de dilapidação do patrimônio da instituição por seus diretores. Dano nenhum foi constatado, entretanto, pelo comprador Santander e esta é a maior prova da manipulação empreendida diretamente pelo

Banco Central sob comando tucano. Uma CPI criada para investigar a intervenção mostrou as manobras em detalhes e pediu a cabeça dos altos funcionários do BC envolvidos. Reestruturaram a Caixa Econômica Federal e só não a venderam por pretenderem utilizar os recursos de fundos administrados pela instituição, inclusive o FGTS, para viabilizar as demais privatizações. O governo Temer estaria preparando uma nova tentativa de vender a Caixa, comentava-se na semana passada entre funcionários.

A campanha de difamação do Banespa, apresentada pela mídia como um covil de dilapidadores, lembra em muito o ataque sem trégua à Petrobras, embora a estatal do petróleo tenha sido vítima de saqueadores. O problema surge, porém, quando os malfeitos de uns poucos são usados para justificar uma cruzada de desmoralização da empresa, útil para os megagrupos globais interessados em adquirir os seus ativos, únicos no mundo, ao menor preço possível.

Eficiente na defesa dos interesses externos e dos seus aliados locais nas privatizações de FHC, a mídia mantém a mesma atitude na liquidação de empresas públicas comandada por Temer e empenha-se em irradiar otimismo. Variações positivas mínimas de alguns indicadores são apresentadas como evidências da superação da recessão. Na quarta-feira 3, o *Valor Econômico* saudou o “bom desempenho do setor de bens de capital”, forte o suficiente para interromper “uma sequência de oito quedas trimestrais da indústria”, que voltou a crescer no segundo trimestre. A maior parte da mídia e dos economistas de bancos assumiu a mesma interpretação. O coro otimista “não se justifica”, garante o empresário Mario Bernardini, diretor da Associação





Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. “A situação neste momento está bastante crítica no setor. Há uma parada nos investimentos”, confirma Alberto Machado, diretor-executivo da Abimaq para os setores de petróleo, gás, bioenergia e petroquímica.

A única explicação para o tom positivo do noticiário sem correspondência nos fatos é “a necessidade de ter boas notícias”, afirma Bernardini. O subgrupo máquinas e equipamentos, do setor de bens de capital, cresceu 0,4% em junho sobre maio. “Foi uma flutuaçãozinha, não dá para soltar rojões.” A queda acumulada no primeiro semestre ficou entre 16% e 18%, segundo o IBGE.

O acompanhamento da Abimaq mostra um declínio ainda maior, de 29% no primeiro semestre sobre o mesmo período do ano passado, e de 40% no mercado interno. “Percebe-se que o governo e o setor financeiro estão desesperados por boas notícias. Porque, afinal, precisam dizer: ‘Graças ao Temer, este país está andando. Então vamos tirar a Dilma de uma vez’. É esse o jogo.”

Os resultados da rodada de privatizações de Temer provavelmente repetirão o fracasso da etapa de FHC. “As receitas das vendas de estatais no auge do processo, entre 1997 e 1998, corresponderam em média a 3% do PIB e contrastam com os resultados da dívida pública

e do desequilíbrio fiscal, que prosseguiram como se uma privatização de tal envergadura não estivesse em curso”, concluem Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida no livro *Depois da Queda*.

Alguns números dão ideia da dimensão dos estragos se a atual rodada de privatizações avançar. Só a Petrobras e sua cadeia produtiva contribuem com 10% do PIB, 15% do investimento total e 50% do investimento da indústria, setor responsável pela criação dos melhores empregos e salários e fundamental ao avanço dos serviços, da agroindústria e do comércio. Uma liquidação de ativos talvez extensiva ao País, é para lá que leva a ponte do futuro do governo interino. •

O BRASILINO VOLTOU...

— POR NIRLANDO BEIRÃO —

O Brasilino começa o seu dia feliz. “Como todo bom burguês”, acorda tranquilo, “porque o operário, este, levanta-se ainda dormindo a fim de chegar a tempo ao serviço”. Aperta o botão da campainha à cabeceira da cama, a campainha soa na copa – ele estará consumindo energia, energia que é da Light. “E, assim, o Brasilino inicia o seu dia pagando dividendos e royalties ao capital estrangeiro.” Seu dia será ilustrado por uma sucessão de siglas “onde vê descortinar-se o panorama grandioso do progresso industrial que ele julga ser do Brasil”: “Volkswagen do Brasil”, “Mercedes-Benz do Brasil”, “General Motors do Brasil”, “General Electric do Brasil”, “Firestone do Brasil” – e por aí vai. Todas “do Brasil”, todas estrangeiras. Brasilino exulta. Nunca se pergunta nada. Brasilino paga alegremente – ao capital estrangeiro – o preço de ser um idiota.

Brasilinos, enfatizados com o verde-amarelo da virtuosa CBF e dos golpistas cleptomaniacos, infestavam, com seu

De 1961
a 2016: só
mudaram
os rótulos



júbilo apatetado, as manifestações pró-impeachment, mas nem sequer originais eles são e, sim, cópia – simulacro atrasado do Brasilino criado pela pena aguda de Paulo Guilherme Martins, jornalista e advogado de Santos (1915-1981), marido

da deputada Ivete Vargas. Em outubro de 1961, *Um Dia na Vida do Brasilino* derramou um sarcasmo devastador contra os pobres de espírito que não percebiam a desnacionalização das riquezas brasileiras. Edições sucederam-se. Brasilino parecia relíquia do passado. O Brasil do usurpador, em processo acelerado de liquidação, está chamando-o de volta.

O Brasilino de 1961, enquanto tomava sua Coca-Cola, alimentava-se à mesa da Refinações de Milho Brazil (com z), da Anderson Clayton, da Armour do Brasil, da Frigorífico Wilson. Tinha orgulho da Light e já se queixava da Petrobras. Um dia, ele estaciona seu carro Simca no Centro de São Paulo, à Rua Líbero Badaró. Recorda que Líbero Badaró, ao ser assassinado, exclamou: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”. E Brasilino conclui: “Que sujeito burro! Que interessa a liberdade para um homem que já morreu?”

